

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	45
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	2.896.743	2.726.828
1.01	Ativo Circulante	221.880	158.871
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	95.310	40.900
1.01.03	Contas a Receber	111.649	103.627
1.01.03.01	Clientes	111.649	103.627
1.01.03.01.01	Contas a receber	7.780	6.673
1.01.03.01.02	Partes relacionadas	103.869	96.954
1.01.06	Tributos a Recuperar	793	2.913
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	793	2.913
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	793	2.913
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.719	5.573
1.01.07.01	Despesas antecipadas	2.719	5.573
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.409	5.858
1.01.08.03	Outros	11.409	5.858
1.01.08.03.03	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727
1.01.08.03.04	Outros créditos	6.682	1.131
1.02	Ativo Não Circulante	2.674.863	2.567.957
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	695.687	639.298
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	691.246	634.824
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	632.159	573.373
1.02.01.07.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	59.087	61.451
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	138
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	138
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.441	4.336
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	3.100	2.943
1.02.01.09.05	Outros créditos	1.341	1.393
1.02.03	Imobilizado	125.034	128.479
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	101.881	71.955
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	23.153	56.524
1.02.04	Intangível	1.854.142	1.800.180
1.02.04.01	Intangíveis	1.854.142	1.800.180
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.854.142	1.800.180

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	2.896.743	2.726.828
2.01	Passivo Circulante	292.609	381.602
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.790	13.810
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.790	13.810
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	13.790	13.810
2.01.02	Fornecedores	32.407	24.337
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.407	24.337
2.01.03	Obrigações Fiscais	120.800	152.171
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	112.880	143.908
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	68.291	100.394
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições parcelados	37.538	36.650
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições federais retidos	1.609	1.543
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a recolher	5.442	5.321
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	173
2.01.03.02.01	Outros impostos a recolher	0	173
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.920	8.090
2.01.03.03.02	ISS a recolher	7.920	8.090
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.495	169.052
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.973	46.571
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.973	46.571
2.01.04.02	Debêntures	60.522	122.481
2.01.05	Outras Obrigações	15.401	14.789
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.112	5.509
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	7.112	5.509
2.01.05.02	Outros	8.289	9.280
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	4.452	4.349
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.837	4.931
2.01.06	Provisões	3.716	7.443
2.01.06.02	Outras Provisões	3.716	7.443
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	3.716	7.443
2.02	Passivo Não Circulante	1.706.589	1.740.860
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.219.833	1.265.814
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	120.477	143.227
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	120.477	143.227
2.02.01.02	Debêntures	1.099.356	1.122.587
2.02.02	Outras Obrigações	379.523	381.475
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	714	0
2.02.02.02	Outros	378.809	381.475
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	357.042	364.820
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	16.024	16.655
2.02.02.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	5.743	0
2.02.03	Tributos Diferidos	94.825	91.726
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	94.825	91.726
2.02.04	Provisões	12.408	1.845
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.877	1.242
2.02.04.01.05	Provisão Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.877	1.242

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.02	Outras Provisões	7.531	603
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	7.531	603
2.03	Patrimônio Líquido	897.545	604.366
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	357.616	357.616
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	308.266	308.266
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	293.179	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	459.311	882.919	379.097	751.785
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-184.215	-333.646	-116.906	-233.978
3.02.01	Custo de construção	-46.688	-78.614	-9.897	-18.523
3.02.02	Provisão de manutenção	-14.051	-16.163	-3.230	-5.934
3.02.03	Depreciação e amortização	-25.541	-47.615	-21.641	-42.538
3.02.04	Custo da outorga	-49.239	-97.774	-46.752	-93.331
3.02.05	Serviços	-22.134	-42.398	-9.814	-23.647
3.02.06	Custo com pessoal	-15.326	-29.482	-14.740	-28.309
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-3.611	-7.045	-3.199	-7.205
3.02.08	Outros	-7.625	-14.555	-7.633	-14.491
3.03	Resultado Bruto	275.096	549.273	262.191	517.807
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.704	-45.025	-23.770	-43.823
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.985	-45.462	-23.094	-42.083
3.04.02.01	Serviços	-12.431	-24.035	-12.532	-23.833
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-673	-1.329	352	-327
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-4.315	-8.781	-4.727	-8.503
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-741	-1.698	-572	-873
3.04.02.05	Outros	-3.825	-9.619	-5.615	-8.547
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	668	1.138	1.389	1.428
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-387	-701	-2.065	-3.168
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	253.392	504.248	238.421	473.984
3.06	Resultado Financeiro	-31.256	-61.528	-41.385	-84.596
3.06.01	Receitas Financeiras	6.379	7.796	2.680	7.697
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.635	-69.324	-44.065	-92.293
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	222.136	442.720	197.036	389.388
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-74.191	-149.541	-66.824	-132.533
3.08.01	Corrente	-74.269	-146.442	-60.244	-120.841
3.08.02	Diferido	78	-3.099	-6.580	-11.692

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	147.945	293.179	130.212	256.855
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	147.945	293.179	130.212	256.855
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,84540	1,67531	0,74407	1,46774

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	147.945	293.179	130.212	256.855
4.03	Resultado Abrangente do Período	147.945	293.179	130.212	256.855

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	308.675	310.631
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	429.703	412.732
6.01.01.01	Lucro líquido do período	293.179	256.855
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.099	11.692
6.01.01.03	Apropriação de despesa antecipadas	2.364	2.364
6.01.01.04	Depreciação e amortização	48.944	42.865
6.01.01.05	Resultado na baixa do ativo imobilizado e intangível	701	3.168
6.01.01.07	Variações monetárias s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	6.051	3.316
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	10.330	15.977
6.01.01.09	Juros s/ debêntures, empréstimos, financiamentos, nota promissória e arrendamento mercantil	50.196	70.039
6.01.01.11	Constituição (reversão) da provisão para devedores duvidosos	-399	194
6.01.01.12	Provisões fiscais previdenciárias trabalhistas e cíveis	3.635	796
6.01.01.13	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	16.163	5.934
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	379	3.144
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-6.558	-3.612
6.01.01.18	Resultado de operações com derivativos e valor justo da dívida	1.619	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-121.028	-102.101
6.01.02.01	Contas a receber	-708	-825
6.01.02.02	Partes relacionadas	-17.425	3.583
6.01.02.03	Impostos a recuperar	2.120	1.354
6.01.02.04	Despesas antecipadas	2.906	1.845
6.01.02.05	Despesas antecipadas outorga fixa	-58.786	-55.656
6.01.02.06	Outras contas a receber	-5.708	-867
6.01.02.07	Fornecedores	8.070	-5.839
6.01.02.08	Partes relacionadas	12.965	22
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-20	1.006
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados IR e CS	126.197	97.544
6.01.02.11	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-175.676	-87.909
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	103	-797
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-13.341	-65.261
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-1.725	9.699
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-93.604	-45.562
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-6.104	-26.509
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-87.500	-19.053
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-160.661	-310.421
6.03.02	Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil - pagamentos de principal	-98.163	-91.851
6.03.03	Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil - pagamentos de juros	-62.498	-26.154
6.03.04	Resgates/aplicações na conta reserva	0	-40.166
6.03.07	Dividendos pagos	0	-152.250
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	54.410	-45.352
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	40.900	129.980

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	95.310	84.628

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	357.616	0	0	604.366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	357.616	0	0	604.366
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	293.179	0	293.179
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	293.179	0	293.179
5.07	Saldos Finais	246.750	0	357.616	293.179	0	897.545

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	203.251	0	0	450.001
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	203.251	0	0	450.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-152.250	0	0	-152.250
5.04.06	Dividendos	0	0	-152.250	0	0	-152.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	256.855	0	256.855
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	256.855	0	256.855
5.07	Saldos Finais	246.750	0	51.001	256.855	0	554.606

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	949.565	812.252
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	938.233	801.035
7.01.02	Outras Receitas	11.332	11.217
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-192.391	-103.605
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-61.886	-46.085
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35.728	-33.063
7.02.04	Outros	-94.777	-24.457
7.02.04.01	Custo de construção	-78.614	-18.523
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-16.163	-5.934
7.03	Valor Adicionado Bruto	757.174	708.647
7.04	Retenções	-48.944	-42.865
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-48.944	-42.865
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	708.230	665.782
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.796	7.697
7.06.02	Receitas Financeiras	7.796	7.697
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	716.026	673.479
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	716.026	673.479
7.08.01	Pessoal	33.909	32.464
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.820	22.654
7.08.01.02	Benefícios	8.025	7.813
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.326	1.254
7.08.01.04	Outros	738	743
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	221.235	197.892
7.08.02.01	Federais	177.428	158.202
7.08.02.02	Estaduais	164	185
7.08.02.03	Municipais	43.643	39.505
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	167.703	186.268
7.08.03.01	Juros	68.977	91.984
7.08.03.02	Aluguéis	952	953
7.08.03.03	Outras	97.774	93.331
7.08.03.03.01	Direito de Outorga	97.774	93.331
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	293.179	256.855
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	293.179	256.855

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL

Abril a Junho/2013

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 2T12.

1.1 - Principais destaques

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 412,6 milhões (+11,8%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 268,6 milhões (+10,6%) e a margem EBIT ajustada 65,1% (-0,7 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 294,8 milhões (+11,6%) e a margem EBITDA ajustada 71,5% (-0,1 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 147,9 milhões (+13,6%).

Indicadores (R\$ MM)	2ºT13	2ºT12	Var.%
Receita líquida operacional*	412,6	369,2	11,8%
EBIT (ajustado)	268,6	242,8	10,6%
<i>Margem EBIT (ajustada)</i>	65,1%	65,8%	-0,7%
EBITDA (ajustado)	294,8	264,1	11,6%
<i>Margem EBITDA (ajustada)</i>	71,5%	71,6%	-0,1%
Lucro líquido	147,9	130,2	13,6%

*Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio, a receita acessória e as deduções da receita, não englobando as receitas de construção.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unidades	2ºT13	2ºT12	Var.%
Veículos equivalentes (Veq ¹)	65.961.090	60.652.102	8,8%
Veículos leves (Equivalentes)	29.383.011	28.253.590	4,0%
Veículos pesados (Equivalentes)	36.578.079	32.398.512	12,9%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

Tráfego consolidado (+8,8%)

Nosso tráfego consolidado apresentou um crescimento de 8,8% no 2T13 sobre o mesmo período de 2012.

Veículos de passeio (+4,0%)

A categoria apresentou crescimento de 4,0% no 2T13 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A categoria foi influenciada pelas datas comemorativas (Dia do Trabalho, Dia das Mães e Corpus Christi), além de eventos regionais como a Festa do Peão em Cajamar, onde os impactos ocorreram especificamente nos finais de semana e feriados prolongados.

Alguns fatores econômicos influenciam negativamente e positivamente o desempenho da categoria, que apresentou percentual de crescimento inferior ao da categoria comercial, como: O valor médio dos combustíveis, que seguem acima dos valores praticados em 2012, com alta de 3,6% no preço da gasolina. Também aumento da inadimplência do consumidor que vem apresentando índices de crescimento na ordem de 8% maior que o ocorrido em 2012, fato que indica menor poder de compra da população e que também pode estar ligado ao desemprego.

Veículos comerciais (+12,9%)

A categoria apresentou crescimento de 12,9% no 2T13 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A categoria reagiu positivamente em relação ao ano anterior, influenciada diretamente pelas cargas do agronegócio com destino a exportação pelo Porto de Santos e aumento significativo na movimentação da soja devido a safra, motivadas pela redução no custo do frete. O açúcar também ocupou espaço e seguiu como a principal *commoditie* no sistema durante o mês de junho, seguido pela safrinha do milho e a soja.

Alguns índices econômicos continuam a indicar queda na produção industrial e podem afetar o tráfego comercial, como: Índice de confiança do empresário industrial, consumo de energia industrial e nível de atividade na indústria, ou seja, com os índices ligados à indústria em baixa, o agronegócio assume importante papel para a categoria no sistema Anhanguera-Bandeirantes.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme o Contrato de Concessão CR/005/1998 assinado entre o Estado de São Paulo e a Companhia (cláusula 27), a tarifa de pedágio foi reajustada no mês de julho de 2012, em 4,2617%, conforme variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) de junho de 2011 a maio de 2012.

Conforme as notícias veiculadas pela imprensa nos últimos dias, o Governo do Estado de São Paulo decidiu que não vai repassar aos usuários de rodovias os reajustes de tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme os contratos de concessão em vigor. De fato, na referida data, o reajuste previsto não foi aplicado às tarifas de pedágio. O Governo de São Paulo reiterou que os contratos de concessão serão respeitados, por meio de adequados reequilíbrios da receita. A Companhia aguarda

Comentário do Desempenho

o detalhamento, por parte do Governo do Estado de São Paulo, sobre como será feito o aludido reequilíbrio.

Dessa forma, a Companhia entende que, mais uma vez, o Estado de São Paulo reitera o seu respeito aos princípios do marco regulatório do Programa Estadual de Concessão de Rodovias, reafirmando a parceria do Estado com a iniciativa privada. A CCR reforça o seu compromisso com o País, além de seu histórico de parceria com o Governo Estadual em prol do desenvolvimento econômico e social das regiões nas quais atua, contribuindo com investimento em infraestrutura e eficiência na prestação de serviços.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta operacional (R\$ mil)	2ºT13	2ºT12	Var.%
Receita de pedágio	441.017	393.953	11,9%
Receitas acessórias	5.759	5.738	0,4%
Receita bruta operacional total	446.776	399.691	11,8%

Receita de construção

Receita bruta de construção (R\$ mil)	2ºT13	2ºT12	Var.%
Total	46.688	9.897	371,7%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (RI), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Concessão. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 2T13 apresentou um alto volume de investimentos, principalmente, devido a implantação de marginais e faixas adicionais na Rodovia Anhanguera e da implantação da 5ª faixa na Rodovia dos Bandeirantes.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 2T13 (conforme demonstrado no quadro 1.1) ficou 11,8% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, impactadas, principalmente, pelo reajuste da tarifa básica de pedágio de 2012 em 4,2617% e pelo desempenho de tráfego.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de aproximadamente 7,65% sobre a receita operacional bruta, aumentaram em 12,0% no 2T13, em relação ao 2T12, totalizando o valor de R\$ 34,2 milhões.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Custos e despesas [R\$ mil]	2ºT13	2ºT12	Var. %
Custo de construção	46.688	9.897	371,7%
Provisão de manutenção	14.051	3.230	335,0%
Depreciação e amortização	26.214	21.289	23,1%
Custo da outorga	49.239	46.752	5,3%
Serviços de terceiros	34.565	22.346	54,7%
Custo com pessoal	19.641	19.467	0,9%
Materiais, equipamentos e veículos	4.352	3.771	15,4%
Outros	11.450	13.248	-13,6%
Custos e despesas totais	206.200	140.000	47,3%

Os custos e a despesas totais aumentaram 47,3% no 2T13 em relação ao 2T12, alcançando o valor de R\$ 206,2 milhões. Este aumento pode ser observado com maior destaque no custo de construção, haja visto o alto volume de investimentos no 2T13, principalmente devido a implantação de marginais e faixas adicionais na Rodovia Anhanguera e da implantação de 5ª faixa em parte da Rodovia dos Bandeirantes.

Custo de construção: Os custos de construção sofreram um aumento de R\$ 36,8 milhões no 2T13, se comparado ao 2T12. Este aumento está associado às melhorias acima descritas.

Provisão de manutenção: A variação corresponde ao início (ou encerramento) da provisão de projetos, dentro do escopo da provisão de manutenção e da variação da curva de benefício econômico, decorrente do volume de tráfego da rodovia. O aumento de R\$ 10.821 mil no 2T13, em relação ao 2T12, se refere ao aumento da provisão em face às novas necessidades de execução de serviços de manutenção.

Depreciação e amortização: O aumento das despesas no 2T13, em comparação a 2T12 se deve à depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 2T12 e o 2T13.

Custo da outorga: Estes custos são impactados pelo crescimento da outorga variável, proporcional ao crescimento da receita operacional neste período, bem como, o reajuste da outorga fixa incorrido em 2012.

Serviços de terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos, sendo este último, referente aos valores envolvidos na conservação especial da rodovia, tais como estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. No 2T13 tivemos uma elevação de 54,7% em comparação ao 2T12, totalizando R\$ 12,2 milhões, sendo que a principal causa dessa elevação foi o crédito ocorrido no 2T12 relativo ao ressarcimento gastos incorridos na recuperação de sinistro em um terrapleno na Rodovia dos Bandeirantes. Além disso, no 2T13 houve aumento pontual da recuperação de áreas de pavimento.

Custos com pessoal: Os valores do 2T13 estão 0,9% superiores ao 2T12, principalmente em razão do dissídio ocorrido em abril de 2013.

Comentário do Desempenho

EBITDA

Reconciliação EBITDA	2ºT13	2ºT12	Var.%
Lucro líquido	147.945	130.212	13,6%
(+) IR/CS	74.191	66.824	11,0%
(+) Resultado financeiro líquido	31.256	41.385	-24,5%
(+) Depreciação e amortização	26.214	21.289	23,1%
EBITDA (a)	279.606	259.710	7,7%
Margem EBITDA (a)	60,9%	68,5%	-7,6%
(+) Despesas antecipadas (b)	1.182	1.182	0%
(+) Provisão de manutenção (c)	14.051	3.230	335,0%
<i>EBITDA ajustado</i>	<i>294.839</i>	<i>264.122</i>	<i>11,6%</i>
<i>Margem EBITDA ajustada (d)</i>	<i>71,5%</i>	<i>71,6%</i>	<i>-0,1%</i>

EBIT

Reconciliação EBIT	2ºT13	2ºT12	Var.%
Lucro líquido	147.945	130.212	13,6%
(+) IR/CS	74.191	66.824	11,0%
(+) Resultado financeiro líquido	31.256	41.385	-24,5%
EBIT (a)	253.392	238.421	6,3%
Margem EBIT (a)	55,2%	62,9%	-7,7%
(+) Despesas antecipadas (b)	1.182	1.182	0%
(+) Provisão de manutenção (c)	14.051	3.230	335,0%
<i>EBIT ajustado</i>	<i>268.625</i>	<i>242.833</i>	<i>10,6%</i>
<i>Margem EBIT ajustado (d)</i>	<i>65,1%</i>	<i>65,8%</i>	<i>-0,7%</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois trata-se de item não caixa das demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois trata-se de item não caixa das demonstrações financeiras.

(d) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro líquido

	2ºT13	2ºT12	Var.%
Despesas financeiras	37.635	44.065	-14,6%
Juros e variações monetárias	25.508	32.050	-20,4%
Juros sobre impostos parcelados	5.290	7.435	-28,9%
Valor justo de operações com derivativos	5.742	-	-
Outras despesas financeiras	1.095	4.580	-76,1%
Receitas financeiras	6.379	2.680	138,0%
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.169	2.561	-15,3%
Valor justo de dívida (Hedge Accounting)	4.124	-	-
Outras receitas financeiras	86	119	-27,7%
Resultado financeiro líquido	31.256	41.385	-24,5%

O item de despesas financeiras no 2T13 está 14,6% inferior quando comparado ao 2T12, principalmente pela redução do CDI (média 8,5% a.a. no 2T12 X 7,5% a.a. no 2T13) e da Selic (média de 8,6% a.a. no 2T12 X 7,7% a.a. no 2T13), sendo o primeiro indexador de aproximadamente 73,5% dos nossos financiamentos e o segundo indexador, de nosso parcelamento de impostos.

Em 28 de maio de 2013, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção da taxa de 2,71% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida) para 88,95% do CDI. Essa operação, juntamente com o objeto do Hedge, está sendo registrada de acordo com a contabilidade de Hedge, o que gerou a variação nas linhas Valor justo de operações com derivativos (Despesa financeira) e Valor justo de dívida (Receita Financeira).

2. Investimentos

A Companhia mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera-Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de acidentes [unidade]	2ºT13	2ºT12	Var.%
Total de acidentes	1.808	1.955	-7,5%
Total de vítimas	1.103	1.026	7,5%

A Diretoria

Notas Explicativas

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2013

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1 Contexto operacional

A Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. (“Companhia”) tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 1º de janeiro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

Neste período não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o trimestre corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, exceto os divulgados abaixo:

(i) Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº. 053.02.022800-0, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei nº. 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da Companhia, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a Companhia foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). A Companhia opôs embargos de declaração contra essa decisão, que não acolheu a defesa prévia, que foram rejeitados em 29 de junho de 2012. A Companhia interpôs agravo de instrumento, cujo provimento foi negado em 20 de fevereiro de 2013. Aguarda-se a publicação de acórdão para a interposição de recursos aos Tribunais Superiores. A Companhia ainda não foi citada para contestar a ação.

(ii) Procedimento Administrativo

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo está suspenso até que sejam fornecidos documentos necessários para a elaboração da manifestação da Companhia.

Notas Explicativas

(iii) Reajuste de tarifa de pedágio

Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o Secretário Estadual de Logística e Transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013. Outras deliberações ainda deverão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

A Administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão e mantém a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

2 Apresentação das Informações Trimestrais (ITR)

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, e aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas informações trimestrais devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 7 de agosto de 2013.

3 Principais práticas contábeis

Neste período, exceto pela inclusão de menção sobre contabilidade de hedge, não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Contabilidade de hedge (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como “hedge” de valor justo ou “hedge” de fluxo de caixa.

No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de “hedge”. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia

Notas Explicativas

documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”.

A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado;

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como “hedge” de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de “hedge” de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de “hedge” é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de “hedge” é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data, permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

4 Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos. Somente ocorreu a adoção de determinação de valor justo para operações com derivativos, devido à contratação de operação em 28 de maio de 2013 (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 20).

Derivativos

A operação com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contrato de *swap* de taxa de juros, que visa à proteção contra riscos de taxas de juros.

Notas Explicativas

O valor justo do contrato de derivativo é calculado projetando-se os fluxos de caixa futuros da operação, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fonte pública (BM&FBovespa) adicionadas de cupom, para cada data de vencimento da operação, trazido, a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5 Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	46.032	67.850	52.694	-
Debêntures e notas promissórias	61.858	120.625	482.500	499.455

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixas e bancos	6.349	7.575
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>88.961</u>	<u>33.325</u>
	<u>95.310</u>	<u>40.900</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 100,30% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 7,18% ao ano (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas**7 Contas a receber**

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante		
Receitas acessórias	2.848	3.390
Pedágio eletrônico – outros	5.360	4.913
Outros	<u>803</u>	<u>-</u>
	9.011	8.303
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	<u>(1.231)</u>	<u>(1.630)</u>
	<u>7.780</u>	<u>6.673</u>

Idade de vencimentos dos títulos em aberto

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Créditos a vencer	7.597	6.259
Créditos vencidos até 60 dias	174	302
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	9	112
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	30	80
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>1.201</u>	<u>1.550</u>
	<u>9.011</u>	<u>8.303</u>

(*)Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída por títulos vencidos há mais de 90 dias. A PLCD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;

Notas Explicativas

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/04/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>	<u>01/04/2012 a</u> <u>30/06/2012</u>	<u>01/01/2012 a</u> <u>30/06/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	222.136	442.720	197.036	389.388
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(75.526)	(150.525)	(66.992)	(132.392)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas com brindes e associações de classe	(484)	(539)	(133)	(259)
Despesas indedutíveis	(5)	(120)	-	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	169	(44)	234	18
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	1.655	1.687	452	478
Outros ajustes tributários	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(385)</u>	<u>(378)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(74.191)</u>	<u>(149.541)</u>	<u>(66.824)</u>	<u>(132.533)</u>
Impostos correntes	(74.269)	(146.442)	(60.244)	(120.841)
Impostos diferidos	78	(3.099)	(6.580)	(11.692)
Alíquota efetiva de impostos	<u><u>33%</u></u>	<u><u>34%</u></u>	<u><u>34%</u></u>	<u><u>34%</u></u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Bases ativas		
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (a)	86.174	90.184
Depreciação de obras lançadas no custo (b)	35.858	31.358
Constituição da provisão de manutenção (c)	3.824	2.736
Valor justo de operações de hedge	1.961	-
Provisão para contingências	1.658	423
Depreciação e juros sobre leasing	646	526
Provisão para participação nos resultados (PLR)	532	766
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG'S	472	472
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	418	554
Custo da transação na emissão de títulos	414	285
Provisão para perda de investimentos	297	297
Ajuste valor presente contas a receber antecipado	293	-
	<u>132.547</u>	<u>127.601</u>
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(169.141)	(163.518)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(55.775)	(54.980)
Valor justo de operação de hedge	(1.402)	-
Pagamentos de juros e principal leasing	(1.046)	(829)
Perdas na operações de hedge - acumulado	(8)	-
	<u>(227.372)</u>	<u>(219.327)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(94.825)</u>	<u>(91.726)</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos riscos e dos eventos.

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei nº. 11. 638/07;
- (b) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “c” conforme práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07;
- (c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07;
- (d) Depreciação de ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil): trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das novas práticas contábeis;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação e amortização oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07.

Notas Explicativas

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da Concessão (1)</u>					
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>				
Circulante	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>				
	<u>Início da Concessão (1)</u>		<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Não Circulante	<u>59.087</u>	<u>61.451</u>	<u>632.159</u>	<u>573.373</u>	<u>691.246</u>	<u>634.824</u>

(1) A companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão ou pré pagamento ao Poder Concedente, relativos a outorga fixa da concessão ou a indenização de contratos sub-rogados, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.

(2) Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa o qual o prazo de encerramento da concessão foi estendido (de abril de 2018 para dezembro de 2026) sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

Notas Explicativas

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	Transações		Saldos	
			Ativo	Passivo
	Serviços Prestados	Receitas	Contas a Receber	Fornecedores Contas a Pagar
Controladora				
CCR S.A - Divisão Actua (a)	9.815	-	96	1.545
Outras partes relacionadas				
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog (b)	16.884	-	131	2.667
Serveng Cívilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	-	-	2.900
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (d)	-	-	103.642	-
SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda (e)	-	421	-	714
Total circulante, 30 de Junho de 2013	26.699	421	103.869	7.112
Total não circulante, 30 de Junho de 2013			-	714
Total, 30 de Junho de 2013	26.699	421	103.869	7.826
Total, 31 de Dezembro de 2012			97.092	5.509
Total, 30 de Junho de 2012	28.174	138		

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	30/06/2013	31/12/2012
Remuneração dos administradores (f)	1.416	3.472

Notas Explicativas**Despesas com profissionais chave da administração:**

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Remuneração:		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	790	610
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	317	1.272
Previdência privada	97	76
Seguro de vida	3	3
	<u>1.207</u>	<u>1.961</u>

- a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR, cujos valores serão liquidados no mês subsequente;
- b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR, cujos valores serão liquidados no mês subsequente;
- c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia, cujos valores serão liquidados no mês subsequente;
- d) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- e) Contrato para entrega futura de fibra óptica;
- f) Contempla valor total à pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração: Conselho de Administração (somente remuneração fixa) e Diretoria.

11 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	30/06/2013			31/12/2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	4.573	(2.352)	2.221	4.412	(2.265)	2.147
Máquinas e equipamentos	15	29.930	(17.235)	12.695	28.019	(16.110)	11.909
Veículos	20	17.871	(10.841)	7.030	17.455	(10.810)	6.645
Sistemas operacionais	13	147.979	(68.044)	79.935	115.922	(64.668)	51.254
Imobilizações em andamento		23.153	-	23.153	56.524	-	56.524
		<u>223.506</u>	<u>(98.472)</u>	<u>125.034</u>	<u>222.332</u>	<u>(93.853)</u>	<u>128.479</u>

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

Notas Explicativas**Movimentação do custo**

	31/12/2013		30/06/2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.412	156	(82)	87	4.573
Máquinas e equipamentos	28.019	317	(233)	1.827	29.930
Veículos	17.455	-	(818)	1.234	17.871
Sistemas operacionais	115.922	-	(4.208)	36.265	147.979
Imobilizações em andamento	56.524	6.898	-	(40.269)	23.153
	<u>222.332</u>	<u>7.371</u>	<u>(5.341)</u>	<u>(856)</u>	<u>223.506</u>
	31/12/2012		30/06/2012		
Movimento em 2012	<u>177.448</u>	<u>28.868</u>	<u>(5.373)</u>	<u>(2.185)</u>	<u>198.758</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Movimentação da depreciação

	31/12/2013		30/06/2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.265)	(154)	67	-	(2.352)
Máquinas e equipamentos	(16.110)	(1.275)	150	-	(17.235)
Veículos	(10.810)	(733)	702	-	(10.841)
Sistemas operacionais	(64.668)	(7.097)	3.721	-	(68.044)
	<u>(93.853)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>4.640</u>	<u>-</u>	<u>(98.472)</u>
	31/12/2012		30/06/2012		
Movimento em 2012	<u>(87.373)</u>	<u>(6.713)</u>	<u>2.797</u>	<u>3</u>	<u>(91.286)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.267 no período findo em 30 de junho de 2013 (R\$ 2.359 no período findo em 30 de junho de 2012).

Notas Explicativas

12 Ativo intangível

	Taxa média anual de amortização %	30/06/2013			31/12/2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
		Direitos de exploração da infraestrutura (*)	2.410.495	(561.114)	1.849.381	2.317.704	(522.148)
Direitos de uso de sistemas informatizados	24	6.852	(4.043)	2.809	5.996	(3.666)	2.330
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	4.654	(2.702)	1.952	4.654	(2.360)	2.294
		<u>2.422.001</u>	<u>(567.859)</u>	<u>1.854.142</u>	<u>2.328.354</u>	<u>(528.174)</u>	<u>1.800.180</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico esperado.

Movimentação do custo

	31/12/2013		30/06/2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	2.317.704	92.791	-	-	2.410.495
Direitos de uso de sistemas informatizados	5.996	-	-	856	6.852
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	4.654	-	-	-	4.654
	<u>2.328.354</u>	<u>92.791</u>	<u>-</u>	<u>856</u>	<u>2.422.001</u>
	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2012</u>			
Movimento em 2012	<u>2.205.177</u>	<u>20.635</u>	<u>(2.419)</u>	<u>2.185</u>	<u>2.225.578</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

(b) Do montante de R\$ 2.410.495 em 30 de junho de 2013, R\$ 182.751 refere-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 5.291 no período findo em 30 de junho de 2013 (R\$ 1.253 no período findo em 30 de junho de 2012). A taxa média mensal de capitalização no período findo em 30 de junho de 2013 foi de 0,56% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,69% a.m. no 1º semestre de 2012.

Movimentação da amortização

	31/12/2013		30/06/2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(522.148)	(38.966)	-	-	(561.114)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.666)	(377)	-	-	(4.043)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(2.360)	(342)	-	-	(2.702)
	<u>(528.174)</u>	<u>(39.685)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(567.859)</u>
	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2012</u>			
Movimento em 2012	<u>(451.537)</u>	<u>(36.152)</u>	<u>1.827</u>	<u>(3)</u>	<u>(485.865)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Notas Explicativas

13 Financiamentos e arrendamento mercantil

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/06/2013	Vencimento final	30/06/2013	31/12/2012
Em moeda nacional							
Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	37	503 (e)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	239	265 (e)
Banco Bradesco S/A (Finame)	7,00% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2014	173	271 (e)
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	126	Fevereiro de 2017	67.320	172.005 (b)
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	84.006	- (b)
BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	14.281	16.234 (e)
Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)	1,14% a.m.	N/I	-	-	Novembro de 2014	369	484 (e)
Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,2321% a.m.	N/I	-	-	Mai de 2014	25	36 (e)
Subtotal em moeda nacional				126		166.450	189.798
						30/06/2013	31/12/2012
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						46.032	46.644
Custos de transação						(59)	(73)
						45.973	46.571
Não Circulante							
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						120.544	143.316
Custos de transação						(67)	(89)
						120.477	143.227

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Fiança bancária
- (c) Bens financiados

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/06/2013
2014	22.705
2015	45.145
2016	45.145
2017	7.549
Total	120.544

Notas Explicativas

As condições, garantias e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2012 não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Neste período não houve a contratação de novas operações ou liquidações antecipadas de operações anteriormente divulgadas.

14 Debêntures

Instuições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/06/2013	Vencimento final	30/06/2013	31/12/2012
1a Emissão - Série 1	IGPM + 10,65% a.a.	0,1630% (a)	877	22	Abril de 2014	25.790	53.304 (d)
1a Emissão - Série 2	IGPM + 10,65% a.a.	0,1630% (a)	877	11	Outubro de 2013	32.453	30.306 (d)
4a Emissão - Série 1	109,00% do CDI	0,1080% (b)	4.151	3.952	Setembro de 2017	963.845	974.667 (e)
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0870% (b)	1.100	575	Outubro de 2017	137.790	136.409 (e)
Cetip (Notas promissórias)	104,5% do CDI	0,0073% (a)	-	-	Maio de 2013	-	50.382 (e)
Total geral				4.560		1.159.878	1.245.068
						30/06/2013	31/12/2012
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						61.858	123.757
Custos de transação						(1.336)	(1.276)
						60.522	122.481
Não Circulante							
Debêntures						1.102.580	1.126.570
Custos de transação						(3.224)	(3.983)
						1.099.356	1.122.587

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à Taxa Interna de Retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de Certificados de Depósitos Interbancários - CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge (hedge de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº.19.

Garantias:

- (d) Penhor de 55% das ações da Companhia e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
- (e) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2013</u>
2015	120.625
2016	482.500
2017	499.455
Total	1.102.580

Notas Explicativas

As condições, garantias e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2012 não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Em 28 de maio de 2013, foi contratado uma operação de swap, onde houve a troca do indexador IPCA + 2,71% a.a, para todos os vencimentos de juros e principal referente à 4ª Emissão de Debêntures da 2ª Série, por percentual de 88,95% CDI. Neste contrato não existem cláusulas de repactuação.

15 Obrigações fiscais

a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
PIS, COFINS e CSLL Retidos	545	519
PIS	969	948
INSS Retido	1.064	1.024
COFINS	4.473	4.373
ISS	7.920	8.090
IRPJ e CSLL	68.291	100.394
IRRF	-	170
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	-	3
	<u>83.262</u>	<u>115.521</u>

b. Impostos parcelados

	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>			
	Saldo Inicial	Atualizações	Realização	Transferências	Total
Circulante	36.650	889	(17.220)	17.219	37.538
Não circulante	<u>364.820</u>	<u>9.441</u>	<u>-</u>	<u>(17.219)</u>	<u>357.042</u>
Total	401.470	10.330	(17.220)	-	394.580

	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>			
	Saldo Inicial	Atualizações	Realização	Transferências	Total
Circulante	34.365	1.312	(18.434)	18.434	35.677
Não circulante	<u>374.562</u>	<u>14.665</u>	<u>-</u>	<u>(18.434)</u>	<u>370.793</u>
Total	408.927	15.977	(18.434)	-	406.470

Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

Com relação aos parcelamentos em aberto, não há:

Notas Explicativas

- (a) Substancialmente indenização de usuários da rodovia.
 (b) Substancialmente acidente de trabalho e indenizações.
 (c) Substancialmente execução de ISS.

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 107.322 para os processos em andamento.

17 Provisão de manutenção

	31/12/2012		30/06/2013		
	Saldo Inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	7.443	9.337	277	(13.341)	3.716
Não circulante	603	6.826	102	-	7.531
Total	8.046	16.163	379	(13.341)	11.247
	31/12/2011		30/06/2012		
Movimento em 2012	59.966	5.934	3.144	(65.261)	3.783

As taxas para cálculo do ajuste a valor presente para os projetos com início de provisão até 2009, 2010, 2011 e 2012 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a. e 8,20% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18 Receitas

	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Receitas de pedágio	441.017	859.619	393.953	782.512
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	46.688	78.614	9.897	18.523
Receitas acessórias	5.759	11.332	5.738	11.217
Receita bruta	493.464	949.565	409.588	812.252
Impostos sobre receitas	(34.211)	(66.704)	(30.564)	(60.467)
Devoluções e abatimentos	58	58	73	-
Deduções das receitas brutas	(34.153)	(66.646)	(30.491)	(60.467)
Receita líquida	459.311	882.919	379.097	751.785

Notas Explicativas

19 Resultado financeiro

	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Despesas Financeiras				
Juros sobre financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamentos mercantis	(25.508)	(50.196)	(32.050)	(70.039)
Juros sobre impostos parcelados	(5.290)	(10.330)	(7.435)	(15.977)
Variação monetária sobre debêntures	(2.283)	(6.051)	(2.572)	(3.388)
Perda com operações de derivativos (<i>Hedge accounting</i>)	(5.767)	(5.767)	-	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.929)	(3.147)	(2.764)	(3.346)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(197)	(379)	(1.051)	(3.144)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(4)	(12)	1	(11)
Capitalização de custos dos financiamentos	3.343	6.558	1.806	3.612
	<u>(37.635)</u>	<u>(69.324)</u>	<u>(44.065)</u>	<u>(92.293)</u>
Receitas Financeiras				
Valor justo sobre debêntures (<i>Hedge accounting</i>)	4.124	4.124	-	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.169	3.541	2.561	7.480
Juros e outras receitas financeiras	56	97	116	141
Ganho com operações de derivativos (<i>Hedge accounting</i>)	24	24	-	-
Descontos obtidos	6	10	3	4
	<u>6.379</u>	<u>7.796</u>	<u>2.680</u>	<u>7.697</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(31.256)</u>	<u>(61.528)</u>	<u>(41.385)</u>	<u>(84.596)</u>

20 Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	30/06/2013			31/12/2012		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Receíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Receíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Aplicações financeiras	88.961	-	-	33.325	-	-
Contas a receber	-	7.780	-	-	6.673	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	103.869	-	-	97.092	-
Contas a receber com operações de derivativos	-	-	-	-	-	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(431)	-	-	(1.023)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(166.019)	-	-	(188.775)
Debêntures e notas promissórias	(137.790)	-	(1.022.088)	-	-	(1.245.068)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(52.268)	-	-	(45.923)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(7.826)	-	-	(5.509)
Contas a pagar com operações de derivativos	(5.743)	-	-	-	-	-
	<u>(54.572)</u>	<u>111.649</u>	<u>(1.248.632)</u>	<u>33.325</u>	<u>103.765</u>	<u>(1.486.298)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Neste período não ocorreram mudanças nos métodos e premissas adotados na determinação do valor justo em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de notas promissórias e debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

Notas Explicativas

	30/06/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e notas promissórias (*)	1.026.073	1.053.822	1.250.327	1.279.080

(*) Valores brutos do custo de transação

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI – média de 9,27%).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/06/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras e conta reserva	88.961	33.325
Debêntures	137.790	-
Derivativos	(5.743)	-
	<u>221.008</u>	<u>33.325</u>

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou swap para troca de taxa pré de 2,1% a.a adicional à variação do IPCA, por 88,95% do CDI. Essa operação, assim como a dívida (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de hedge (hedge de valor justo).

Notas Explicativas

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de referência (Nacional) (1)		Valor justo		Efeito acumulado		Resultado			
				Moeda local		Moeda local		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Ganho/(Perda)	
				30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12	30/06/13	30/06/12
Posição ativa				141.170	-	130.423	-	24	-	(5.767)	-	-	-
Posição passiva	28/05/2013	16/10/2017	IPCA + 2,71% 88,95% do CDI	(136.166)	-	(136.166)	-	-	-	-	-	(5.743)	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/06/2013				141.170	-	(5.743)	-	24	-	(5.767)	-	(5.743)	-

Notas Explicativas

(1) O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Riscos de juros	(5.743)	-
Total	<u>(5.743)</u>	<u>-</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4)	Efeito no resultado em R\$		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IGP-M	Outubro de 2013	32.464	(3.643)	(3.766)	(3.888)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Abril de 2014	25.812	(3.951)	(4.272)	(4.593)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	142.489	(14.119)	(16.111)	(18.561)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	967.797	(81.714)	(102.226)	(122.770)
Subtotal				<u>(103.427)</u>	<u>(126.375)</u>	<u>(149.812)</u>
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2017	(142.489)	14.119	16.111	18.561
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Maio de 2013	141.983	9.710	12.125	14.535
Subtotal				<u>23.829</u>	<u>28.236</u>	<u>33.096</u>
Total do efeito de perda				<u>(79.598)</u>	<u>(98.139)</u>	<u>(116.716)</u>

As taxas de juros consideradas foram:

CDI	7,72% (1)	9,65%	11,58%
IGP-M	6,31% (2)	7,89%	9,46%
IPCA-A	6,7% (3)	8,37%	10,04%

Notas Explicativas

Abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (1) Refere-se a taxa de 28/06/2013, divulgada pela CETIP.
- (2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.
- (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- (4) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 28/06/2013 uma vez que estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Riscos de Engenharia – Ampliação e melhoramentos, cobertura por obra – R\$ 92.265;
- Risco de Engenharia – Conservação e manutenção – R\$ 25.000;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 71.000;
- Responsabilidade Civil – R\$ 86.000;
- Perda de receita – R\$ 148.407.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 367.305, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 83.500 (R\$ 500 por veículo), para danos morais de R\$ 13.583 (R\$ 81 por veículo), para equipamentos R\$ 3.200 (R\$ 100 por veículo) e para acessórios R\$ 83 (R\$ 3 por veículo).

22 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Outorga fixa a pagar	1.240.224	1.366.390	1.102.594	1.200.636

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 30 de junho de 2013 estavam assim distribuídos:

Notas Explicativas

	Valor Nominal	Valor Presente
2013	128.299	126.489
2014	256.598	243.907
2015	256.598	232.293
2016	256.598	221.231
2017	256.598	210.696
Após 2017	85.533	67.978
	<u>1.240.224</u>	<u>1.102.594</u>

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 113.146 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 109.906 em 30 de junho de 2012).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, período de março de 2011 e abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n°. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas.

b) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 30 de junho de 2013 era de R\$ 4.452 (R\$ 4.349 em 31 de dezembro de 2012).

c) Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente. Em 30 de junho de 2013, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 843.997 (R\$ 1.148.884 em 31 de dezembro de 2012), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo n°. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

23 Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas no período findo em 30 de junho de 2013 e 2012, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	231	265

Notas Explicativas

24 Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

(Em milhares, exceto lucro por ação)	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Numerador				
Lucro líquido do período	147.945	293.179	130.212	256.855
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,84540</u>	<u>1,67531</u>	<u>0,74407</u>	<u>1,46774</u>

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452-O3

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A.
Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente para o trimestre e o semestre findos em 30 de junho de 2013 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 7 de agosto de 2013.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2013.

Jundiaí, 07 de agosto de 2013.

MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA
Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2013.

Jundiaí, 07 de agosto de 2013.

MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA
Diretor Operacional